

Informativo da Divisão de

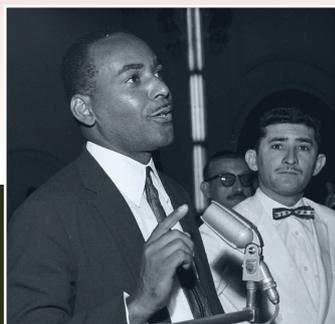
# Acervo Histórico

ano I – nº 3 – março/abril de 2015

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



## A relação entre São Paulo e EUA no século XIX



**E MAIS... UMA OPINIÃO CONTRA A CENSURA:  
ESMERALDO TARQUÍNIO**

# Editorial

O terceiro número do Informativo do Acervo Histórico é composto pela entrevista do pesquisador da Universidade da Pennsylvania (EUA), Roberto N. P. F. Saba, pela análise do discurso de Antonio da Costa Pinto e Silva, presidente da Província no ano de 1871 e pela biografia de Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, um dos primeiros deputados a se assumir como afrodescendente. Na entrevista com Roberto Saba torna-se possível compreender as diferenças entre o processo de abolição da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil e o intercâmbio de ideias, produtos e serviços existente durante o século XIX entre estes dois países e em especial de São Paulo. A conclusão de R. Saba é que nossa inserção no cenário mundial é mais precoce do que se supõe, uma descoberta fecunda para contextualizar as iniciativas da elite paulista na segunda metade do oitocentos.

Na seção “Documento em Foco”, explora-se o diagnóstico da situação da Província de São Paulo feito por Antonio da Costa Pinto e Silva, então chefe do Executivo Paulista. O texto elege a segurança pública, a imigração e os transportes como as principais preocupações. Ele está nas

páginas do primeiro volume da coleção Galeria dos Presidentes de S. Paulo, na qual estão registradas as biografias e os discursos de todos os ocupantes deste cargo entre 1822 e 1924.

A última parte (“Compromisso com a Memória”) se volta para a figura de Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, deputado estadual entre os anos de 1862 e 1866. Sua curta permanência na Alesp foi o tempo necessário para uma longa série de discursos sobre política, cultura e a situação dos afrodescendentes, uma identidade que ele próprio assumia com orgulho. Através de suas posições políticas, é possível compreender as disputas que marcam o cenário político do período.

O conhecimento de períodos históricos tão distintos entre si como os retratados nesta edição permite iluminar aspectos menos conhecidos do passado e, desta forma, repensar o nosso presente. Este é o anseio do Informativo que agora chega em suas mãos. Boa leitura!



## Expediente

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Presidente: Fernando Capez

1º Secretário: Enio Tatto

2º Secretário: Edmir Chedid

Secretário Geral Parlamentar

Rodrigo Del Nero

Secretário Geral de Administração

Sérgio Turra Sobrane

Departamento de Documentação e Informação

Rodrigo Tritapepe

Divisão de Acervo Histórico

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

Coordenação editorial

Guilherme Arduini

Projeto gráfico e diagramação

Jair Pires de Borba Junior (Gráfica da Alesp)

Textos

Mônica Cristina Araujo Lima Horta; Guilherme Arduini.

Colaboradores

Maurícia Fávoro; Marcos Woelz; Roseli Bittar; Sônia Bauer.

Silmara de Oliveira Lauer

Estagiários

Bianca C. Nunes; Bruno Pereira; Naiara do Rosário;

Nicole Soares; Roger Cavalheiro.

Telefones: (11)3886-6308/6309

E-mail: [acervo@al.sp.gov.br](mailto:acervo@al.sp.gov.br)

Site: [www.al.sp.gov.br/acervo-historico](http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico)

Tiragem: 300 exemplares

## Entrevista com Roberto Saba



Roberto N. P. F. Saba é bacharel e mestre em História pela Universidade de São Paulo e doutorando em “história transnacional” pela Universidade da Pennsylvania. A “história transnacional” enfatiza o movimento de populações, ideias e produtos para além das fronteiras nacionais. Esta seria uma forma de superar a divisão reinante no modo de se estudar História, organizado separadamente por países (por exemplo: História do Brasil, Alemanha, Inglaterra, França, etc.). A entrevista foi concedida por e-mail e trata da importância de se compreender os fluxos entre os Estados Unidos e Brasil no período entre o início da Guerra Civil nos Estados Unidos (1861) e a Proclamação da República no Brasil (1889).

### Conte um pouco sobre você e o que você anda pesquisando atualmente.

O meu trabalho no mestrado foi parte de um grupo de pesquisa coordenado pela professora doutora Miriam Dolhnikoff na USP e no CEBRAP<sup>1</sup>. No seu primeiro livro, *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*, a professora Miriam já havia demonstrado que o Império do Brasil adotou um arranjo federativo, o qual permitiu a participação das elites provinciais na construção de instituições e legislação locais assim como nacionais. Os membros do grupo levaram esta visão inovadora da história do Brasil adiante ao estudarem como o conceito liberal de representatividade política foi fundamental para a formação do estado nacional brasileiro. Na minha dissertação, que se tornou livro pela editora Annablume, procurei mostrar como debates políticos fundamentais para o estado monárquico na década de 1840 – reforma eleitoral, código comercial, reforma judiciária – foram influenciados pela participação de certos setores da sociedade brasileira, os quais exerceram o seu direito de petição.

Para minha pesquisa de doutorado decidi focar nas

relações entre o Brasil e os EUA na época da abolição da escravidão nos dois países. Sempre me intrigara o fato destes dois países – as maiores nações escravocratas do mundo oitocentista – terem adotado vias tão distintas rumo à emancipação: enquanto nos EUA a escravidão foi destruída por uma sangrenta guerra civil que agitou o país entre 1861 e 1865, no Brasil a abolição veio por meio de reformas legislativas que culminaram na Lei Áurea de 1888. Decidi conduzir minha pesquisa na Universidade da Pennsylvania por causa do mais fácil acesso a documentação e também pelo crescente interesse que eles demonstram em história transnacional. Meu objetivo era ir além da história comparada, pesquisando como a circulação internacional de ideias, capital, mercadorias e viajantes acabou por forjar tão distintos processos emancipatórios. Fiquei muito feliz ao chegar na Universidade da Pennsylvania e encontrar diversos pesquisadores interessados nas relações entre escravidão e capitalismo, os quais me encorajaram a ler os trabalhos mais recentes sobre o tema mas também a voltar a autores clássicos, como Karl Marx, Eric Williams, Eugene Genovese e os brasileiros Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Mais uma vez minha pesquisa procura mostrar que o Brasil não estava fora do mundo ocidental, mas mantinha-se conectado ao que se passava em outros países. Desde o tempo da Guerra Civil Norte Americana (1861-1865) até a Lei Áurea no Brasil (1888), a elite brasileira manteve-se ligada no que se passava nos EUA. Uma de minhas hipóteses de trabalho é que a transição da escravidão para o trabalho assalariado no Brasil foi influenciada pelos acontecimentos na América do Norte. Dentre todos os maiores senhores de escravos do Brasil, os cafeicultores paulistas foram os que mais atenção deram ao caso norte americano. A elite política e econômica da província de São Paulo importou

<sup>1</sup> O Centro Brasileiro de Análise do Pensamento (CEBRAP), foi criado em 1969 por Fernando Henrique Cardoso e outros professores afastados pela ditadura civil-militar iniciada em 1964. Hoje se caracteriza como um dos principais centros de pesquisas em políticas públicas da América Latina, dotado de parcerias com universidades dos Estados Unidos, Europa, Índia, África, China e América Latina.

dos EUA não só ideais de modernização, mas também profissionais, técnicas e máquinas. Muitos paulistas viajaram aos EUA durante as décadas de 1870 e 1880, como estudantes ou participantes em feiras mundiais. Além disso, a maior parte do café exportado pelos paulistas ia diretamente para as grandes cidades industriais da América do Norte, servindo como um estimulante barato para sua massa de trabalhadores. Estas trocas de pessoas, ideias e mercadorias envolvendo o Brasil e os EUA

---

*o Brasil não estava fora do mundo ocidental, mas mantinha-se conectado ao que se passava em outros países.*

*Desde o tempo da Guerra Civil Norte Americana (1861-1865) até a Lei Áurea no Brasil (1888), a elite brasileira manteve-se ligada no que se passava nos EUA.*

---

são o foco da minha pesquisa atual.

### Como você ficou sabendo da existência do Acervo Histórico na Assembleia?

Devo à minha orientadora de mestrado, Miriam Dolhnikoff, esta dica. Ela havia usado o acervo da Alesp para a pesquisa que originou seu livro *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. Foi ela também que me incentivou a pensar na Assembleia Provincial como um espaço importante para a construção do Estado monárquico e para a reforma da economia. Brilhantes historiadores como Emília Viotti da Costa, Paula Beigelman, Robert Conrad, Warren Dean e Thomas Holloway já haviam trabalhado com estes temas e utilizado boa parte da documentação que pesquisei na ALESP. Por meio de tal documentação, tais historiadores demonstraram como a elite política paulista lidou com o problema da modernização da agricultura e também da infraestrutura brasileiras. Eles apontaram para o caminho que sigo agora; isto é, para a participação ativa dos fazendeiros paulistas e de

seus representantes políticos na busca de uma solução para o problema da mão de obra no Brasil oitocentista. No entanto, nenhum deles se debruçou sobre o tema da influência norte americana na transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil. Minha pesquisa contribui para esta literatura a partir de uma perspectiva transnacional.

### Qual foi a documentação pesquisada? De que maneira ela lhe auxiliou a pensar sua pesquisa?

Pesquisei os Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo entre 1861 e 1889 e também os Relatórios dos Presidentes da Província (chefes do executivo provincial apontados pelo imperador). Fiquei surpreso por encontrar em tal documentação muito mais menções aos EUA do que esperava. O sistema de transportes, incluindo ferrovias, portos e navegação fluvial, os sistemas educacional e penitenciário, o saneamento básico e a urbanização da província, todos foram influenciados pelo conhecimento e tecnologia vindos dos EUA. Disposta a modernizar a estrutura econômica da província, a elite política paulista recorreu a exposições internacionais (como a de 1876 na Filadélfia), engenheiros e importadores (como William Van Vleck Lidgerwood, estabelecido em Campinas), máquinas (como as locomotivas Baldwin) e cientistas (como Orville Derby, diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo), os quais vieram dos EUA com a missão de auxiliar na modernização econômica da província. Menções a tais figuras, mercadorias e eventos se encontram por toda a parte nos anais e relatórios. O mais interessante foi notar como estas trocas fizeram surgir um novo modelo de modernidade, adaptado pelos paulistas às suas necessidades. Um exemplo fascinante disto está no Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo pelo presidente Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de fevereiro de 1871. Ao tratar da necessidade de expansão da malha ferroviária ligando São Paulo ao resto do país, o presidente escreveu o seguinte:

*“Antes da última guerra nos Estados Unidos da América, estadistas inteligentes haviam compreendido a urgente neces-*

*sidade de ligar-se os Estados de Oeste da grande República com os do Leste por estradas de ferro, e para este fim se fizeram os diversos estudos e explorações que forneceram matéria para a publicação de algumas obras preciosas. Mais tarde, depois que os tristes acontecimentos d'aquela terrível luta mostraram praticamente a necessidade já prevista, realizou-se logo, a despeito do péssimo estado financeiro da República, a construção daquelas estradas de ferro que se denominaram – União do Pacífico; cuja extensão e obras grandiosas constituem uma verdadeira maravilha do século. O Brasil colocado hoje na situação mais semelhante a d'aquela República, e sobretudo com a lembrança dos tristes*

*sucessos de Mato Grosso, durante a guerra do Paraguai, não pode por força das suas circunstâncias, deixar de seguir o exemplo dos Estados Unidos, que em verdade tem sido o modelo dos grandes sucessos materiais.”*

Como você pretende usar a documentação consultada (artigo, tese, capítulo de livro ou livro)?

No momento, vou utilizá-lo para a minha tese de doutorado. Tenho dados de 1861 até 1889 e pretendo incluir a documentação em praticamente todos os capítulos da tese. Mas sua riqueza permitirá o uso em diversos trabalhos no futuro.

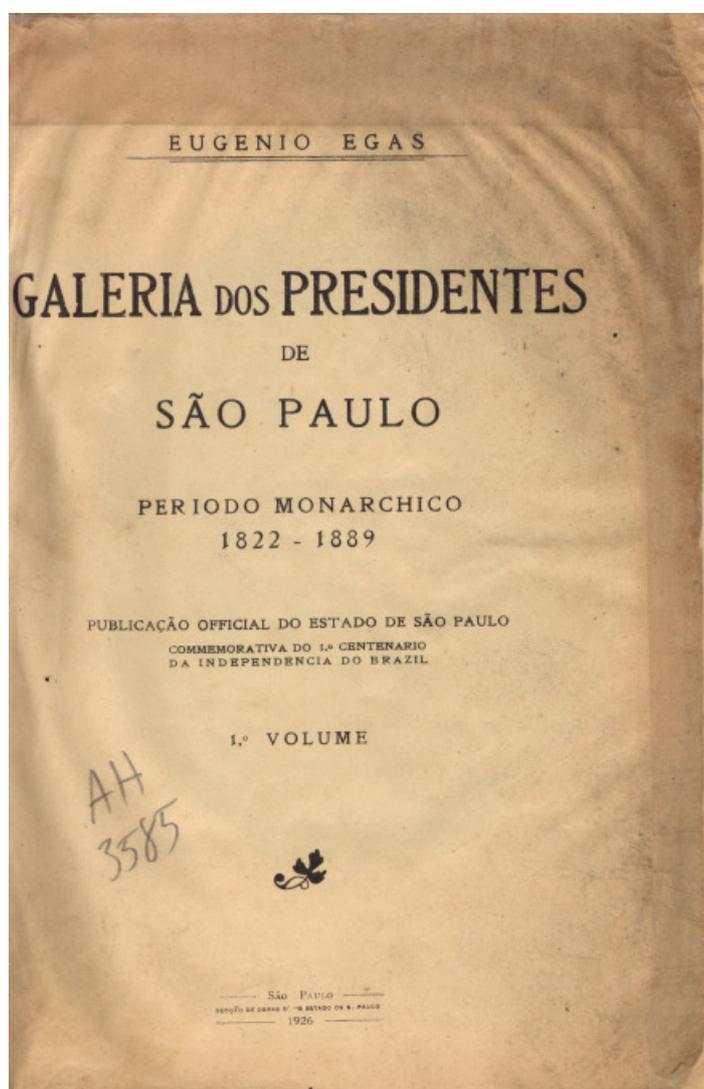
## Documento em Foco

A entrevista de Roberto N. P. F. Saba faz menção aos relatórios que os presidentes de província (como eram chamados os governadores naquele período) remetiam à Assembleia Provincial. Eles informam a situação da província e prestam contas da administração. Boa parte destes relatórios está reunida no livro *Galeria dos Presidentes de S. Paulo – Período Monárquico (1822-1889)*, organizado por Eugenio Egas e publicado em 1926, pela Seção de Obras do jornal O Estado de S. Paulo.

A *Galeria* registra o último discurso de Costa Pinto como presidente da província de São Paulo. Como demonstram os trechos abaixo, suas preocupações giravam em torno dos temas da segurança pública, do fornecimento de mão de obra livre e dos transportes:

A ordem pública não foi perturbada, mas a segurança individual ainda deixa muito a desejar, principalmente em relação a certa classe de cidadãos, que, pelas condições de nossa sociedade, tem de lidar com a parte menos esclarecida da população. Insistentes pedidos de força tem sido feitos por muitas localidades; difícil é porém satisfazê-las por não havê-la.  
[...]

Acha-se criada a Associação de Colonização e Imigração para esta província. A aceitação que teve a ideia demonstra suas vantagens.



Folha de rosto do primeiro volume da Galeria dos presidentes

A Associação tem por fim facilitar a nossos lavradores a aquisição de braços livres para os trabalhos de seus estabelecimentos, e a criação

de um núcleo de imigrantes, estabelecidos por conta própria, nos arredores desta Capital, auxiliando em outras localidades a criação de iguais núcleos. A assembleia provincial votou um crédito de trezentos contos de réis para auxílio aos fazendeiros, que quiserem obter colonos; e, se os poderes gerais concederem à Associação favores idênticos aos que concedeu a uma casa de Londres, pode-se contar que alguma coisa há de se fazer, com utilidade não para esta província, como para o Império. [...]

Em virtude de autorização legislativa, contratei com o engenheiro N. R. dos Santos França Leite o assentamento de trilhos que liguem o centro

desta cidade à estação da via férrea na Luz.

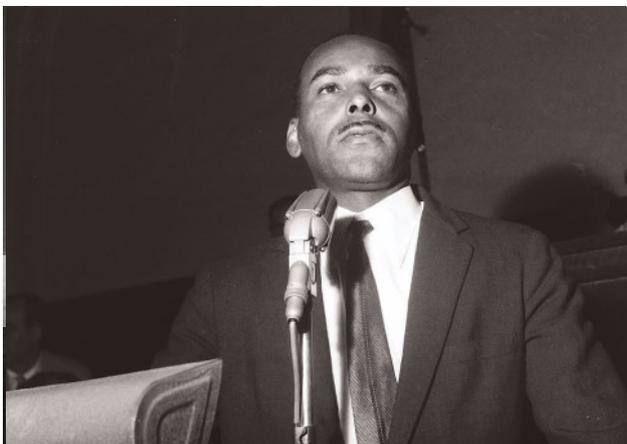
Depois de alguns anos de seca, favoreceram-nos a providência com chuvas abundantes, as quais, a par de muitos benefícios, trouxeram o inconveniente de tornar difícil o trânsito em muitas das estradas da província. E assim há de acontecer, enquanto não melhorarmos o sistema de construção de nossas estradas, literalmente de terra, sem o menor preparo, e muitas vezes sem o escoadouro necessário.

O primeiro volume da Galeria dos Presidentes pode ser consultado na íntegra através da página do Acervo no portal da Alesp, onde também é possível ver o restante da coleção.

**Para ver este livro, consulte**

[http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/galeria\\_presidentes\\_1822\\_1889.pdf](http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/galeria_presidentes_1822_1889.pdf)

## Compromisso com a memória



Ao microfone, deputado Esmeraldo Tarquínio

Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho nasce em 12 de abril de 1927, na cidade de São Vicente, no litoral paulista. Em outubro de 1938, é contratado pelo vendedor de livros João Mendes, período no qual se forma de maneira autodidata. Depois disso exerce funções ligadas ao serviço administrativo das firmas exportadoras de Santos, atingindo o emprego de contador em 1948. Em 1957, quando se forma em Direito, passa a dedicar-se exclusivamente à advocacia.

Em 1959, tornou-se vereador em Santos. Com atuação destacada como líder do governo na Câmara Municipal, foi eleito deputado estadual em 1962 e reeleito em 1966. Em 10 de dezembro de 1964, Tarquínio vai à tribuna para defender a restituição dos direitos políticos a Jânio Quadros, o que constituiria em suas próprias palavras uma “reparação a outras injustiças que se fizeram neste País, durante o movimento revolucionário de abril”.

Em 1966, Tarquínio venceu as eleições para a prefeitura de Santos, mas teve seus direitos cassados pelo prazo de uma década em 13 de março de 1969, dias antes de tomar posse. Além disso, a cidade de Santos foi declarada sob a intervenção direta do regime civil-militar no poder, que passou a nomear o chefe do executivo municipal.

Alijado da política, Tarquínio ainda se manteve bastante ativo na vida pública, acumulando os trabalhos de advogado, professor, comentarista de um programa de notícias da TV e cantor de blues. A abertura política coincidiu com o fim de seu período de banimento da vida política. Faleceu

em 10/11/1982, cinco dias antes do pleito em que concorria para a vaga de deputado estadual.

### Atuação política

A relação entre Tarquínio e o regime civil-militar foi tensa desde seu início, como demonstram seus discursos nos primeiros dias depois do golpe. Em 23 de abril de 1964, Tarquínio declarou saber que estava ameaçado de cassação e usou da tribuna para defender-se, mas preferiu não atacar o novo regime:

Consta que diversos deputados desta Casa, inclusive eu, estão com seus nomes apontados ao Comando Revolucionário, no sentido de que tenham seus mandatos cassados. Entretanto, Sr. Presidente, como sou daqueles que têm fé nos princípios declarados pelos altos responsáveis pelo Movimento Revolucionário que pretende devolver este País aos braços da democracia, quero dizê-lo com toda a firmeza e com toda a calma que estão vendo possuir neste momento: não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que esses meus colegas, como eu, não podem ser apontados como agentes de subversão, como inimigos do regime, como solapadores da democracia. **(44ª sessão ordinária, 23/04/1964. Publicado no D. O. de 25/04/1964)**

A forma como Tarquínio se refere ao regime se altera à medida que a questão se mistura com as disputas entre os favoráveis e os contrários a Adhemar de Barros, então governador do Estado. Naquele momento, Adhemar parecia contar com o apoio dos militares. Em resposta, alguns de seus adversários na Alesp – entre os quais se incluía Tarquínio – passaram a atacar as modificações nas regras do jogo político da casa como uma estratégia para atingir Adhemar de Barros. Isso fica evidente em um discurso proferido no dia 18 de abril de 1966, no qual Tarquínio protesta contra o esvaziamento das funções do Plenário:

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender à

sua aspiração mais legítima – erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

Mas o artigo 32 do Ato Institucional determina que as Assembleias Legislativas estão sujeitas aos mesmos prazos de rigor a que o poder revolucionário submeteu o Congresso Nacional na tramitação das mensagens de inspiração e autoria do Poder Executivo.

Fica a Assembleia Legislativa de São Paulo sujeita a apreciar, num momento, a jato, numa dinâmica parlamentar inusitada e impossível de ser acompanhada, projetos da natureza daquele que recentemente foi promulgado, transformado em lei pelo Governador do Estado porque, aqui, nesta Casa, não houve tempo material, para que se apreciasse.

Com isso temos a obrigação de fiscalizar e impedir certos abusos, e o Governo manda para cá sob prazo de urgência institucional de 30 e 45 dias proposições que visam a entregar patrimônio do Estado a particulares por preço ínfimo, que visa a constituir e instituir organizações bancárias estatais com tremendo poder de movimentação de enormes somas que enfim, subvertem a ordem econômica a que se propôs o Governo da República, no sentido de deter a marcha inflacionária. **(38ª Sessão Ordinária, de 18/04/1966. Publicado no Diário Oficial no dia 21/04/1966)**

O Ato Institucional ao qual se refere Tarquínio é o AI-2, outorgado em 27 de outubro de 1965. Com respaldo no AI-2, criou-se o mecanismo do “decurso de prazo”, através do qual uma medida proposta pelo Executivo estaria automaticamente aprovada se ela não fosse discutida pela Alesp em um curto período. Tarquínio busca depreciar a imagem do governador ao supor implicitamente que sua administração pudesse estar envolvida em casos danosos ao erário e brandir o argumento da escalada da inflação, uma preocupação bastante forte da época.

Sua postura crítica foi bem menos tímida no tema da cultura. A partir de abril de 1964, grupos teatrais passaram a se organizar no Rio de Janeiro

e em São Paulo para denunciar a censura nos meios artísticos. Elas conheceriam um inesperado defensor na figura de Tarquínio, que a esse respeito se pronunciou da seguinte maneira:

A peça “Opinião” recebeu cortes ridículos por parte da censura, que, impedindo a parte declamada da música “Carcará”, deixa, entretanto, que as palavras assim ditas prosseguissem na gravação feita pela cantora Maria Betania – gravação essa que é encontrada em compactos em qualquer loja de discos do Estado.

Cortaram, Sr. Presidente, certa música que fala na percentagem de mortalidade infantil no País, de autoria de Zé Ketí, impedindo que se dissesse uma verdade, impedindo que se saiba de um fato real e vergonhoso para uma nação que está em revolução.

Pois reuniram-se atores, autores e até mesmo expectadores constantes das noites teatrais de São Paulo, em busca de uma solução para o problema levantado pela censura, censura que, nestas épocas, nestes tempos de perigo, constitui-se em um monstro, a impedir toda manifestação intelectual autêntica dentro deste país. **(113ª Sessão Ordinária de 24/06/1965. Publicado no D. O. de 26/06/1965)**

Esta apresentação sobre Tarquínio, ainda que breve, não poderia se esgotar sem mencionar a sua defesa dos direitos da população afrodescendente. A este respeito, o discurso de Tarquínio no dia 13 de maio de 1965 é um exemplo significativo de uma discussão histórica que se mantém atual. Com a palavra final, o nobre deputado:

Hoje se comemora assim friamente, à exceção do Estado da Guanabara, que tornou oficial a data, o 77º aniversário da abolição de uma das manchas da nossa História colonial e imperial, que foi a escravidão no Brasil. Realmente, o negro no Brasil libertou-se de direito, mas, por falhas naturais da época, que preparação

foi dada a esse recém-liberto? Nenhuma. Que encaminhamento econômico, social e mesmo religioso foi proporcionado ao negro liberto a 13 de maio de 1888? Que nenhum. E o resultado é que de fato o negro brasileiro ainda se encontra em sério embate contra o atraso econômico, que gera o atraso social e que, por conseguinte, gera a desconfiança, o menosprezo das raças chamadas dominantes ou chamadas superiores, por teorias que infelizmente querem fazer reviver no Brasil. Há necessidade de que façamos, todos nós, brancos, negros, amarelos, vermelhos do Brasil, uma auto-crítica sincera, sem hipocrisia e não comemoemos o “13 de Maio” com choros, lamúrias e cânticos, de que enfrentemos o problema sem máscara, reconhecendo que o que a Princesa Isabel promulgou no dia 13 de maio de 1888, dando uma condição de liberdade, de “júris”, não existe ainda de fato. Que Deus nos inspire na luta que empreendemos, a princípio suave, já num diapasão mais entusiasmado e cremos que dentro de muito breve num ritmo mais acelerado. Era o que tinha a dizer. **(65ª Sessão Ordinária, de 13/05/1965. Publicado no Diário Oficial de 16/05/1965.)**

Este discurso de Esmeraldo aponta para um importante significado de seu mandato: o uso do tribuna da Alesp como caixa de ressonância de movimentos sociais cujas demandas iam além das divisas paulistas. O combate à desigualdade racial, capitaneado pelo movimento negro, é tema de reflexão para toda a sociedade brasileira há mais de um século, com maior publicidade nos últimos cinquenta anos. Esmeraldo e outros deputadas e deputados negros fizeram e ainda fazem da Alesp um espaço importante de discussões e portanto conferem um sentido mais democrático ao Legislativo Paulista. Para quem desejar conhecer mais sobre este e outros parlamentares afrodescendentes, existe a obra de Celso Fontana, servidor da Alesp, publicada em 2006 e chamada “Os negros na Assembleia”.